

DÍVIDA PRIVADA CRESCE R\$ 12,8 BI

AE 04.6.98

São Paulo — Com a desvalorização do real ocorrida esta semana, a dívida externa do setor privado brasileiro cresceu R\$ 35,8 bilhões. No total, o Brasil deve US\$ 225 bilhões. Em reais, essa quantia pulou de R\$ 275,8 bilhões na terça-feira para R\$ 334,2 bilhões ontem, segundo cálculos do diretor técnico da Sociedade de Estudos de Empresas Transacionais (Sobeet), Octávio de Barros.

Somente as dez empresas mais endividadas do país, a maioria estatais ou de capital nacional, viram sua dívida aumentar em R\$ 6,9 bilhões esta semana, conforme um levantamento feito pelo departamento de análises da Lloyds Asset Management.

Do total da dívida externa do país, US\$ 32 bilhões vencem este ano. Cerca de 70% (US\$ 22,4 bilhões) estão nas mãos da iniciativa privada, e os restantes US\$ 9,6 bilhões no setor público. Além desse volume, outros US\$ 18 bilhões de juros têm que ser pagos durante 1999. Ou seja, no total, o Brasil teria que pagar R\$ 50 bilhões este ano referente a amortização e juros da dívida externa até terça-feira e esse volume passou para R\$ 73,3 bilhões ontem. Isso significa que para honrar seus compromissos, o país terá de produzir R\$ 12,8 bilhões a mais, sendo R\$ 8,9 bilhões a cargo do setor privado e o restante do setor público.

“Não vejo nenhum problema para o pagamento. A inadimplência pode atingir casos pontuais e se dará internamente. O maior risco está nas operações em que os bancos tomaram o empréstimo lá fora e repassaram a empresas que não tinham condições de ir ao mercado sozinhas”, diz Barros. Ele considera que, nesse caso, se encaixam empresas de médio a grande porte dos mais diversos setores. O total da dívida dessas companhias é estimado pela Sobeet em cerca de US\$ 25 bilhões e os prazos de vencimento variam de um a três anos.

Para Barros, mesmo que nesse segmento aconteça um aumento de inadimplência, isso não afetará a saúde do sistema financeiro. Os bancos estão com margens de lucro altas e têm condições de renegociar as dívidas das empresas que apresentarem dificuldades.

PRIVATIZAÇÃO

Os prejuízos para o país vão além da dívida externa. Apenas com as parcelas que ainda devem ser pagas pela privatização do Sistema Telebrás, o governo poderá perder cerca de US\$ 1,667 bilhão. Um exercício financeiro feito por um analista do setor de telecomunicações mostra que, com a cotação do dólar batendo no teto de R\$ 1,50, os R\$ 8,673 bilhões (cerca de US\$ 7,449 bilhões em valores de outubro), que restam ser quitados pelas empresas de telecomunicações se transformaram em

US\$ 5,782 bilhões — 22,3% a menos.

Neste mesmo cálculo, o analista concluiu que o valor de venda do Sistema Telebrás caiu o equivalente a US\$ 4,240 bilhões com a súbita desvalorização do real. Ao serem vendidas em julho, por R\$ 22,057 bilhões, as 12 holdings valiam US\$ 18,944 bilhões. Hoje, 171 dias depois da maior privatização da história do país, o valor de venda das empresas caiu para US\$ 14,704 bilhões. Da mesma forma, o saldo que ainda resta ser pago pela banda B da telefonia celular, em até três parcelas, é de R\$ 3,468 bilhões, que se transformaram em US\$ 2,312 bilhões.

A desvalorização cambial não significa que estas empresas perderam necessariamente valor de mercado, caso fossem vendidas de imediato. “Um exercício deste tipo não leva em consideração os investimentos realizados nem o valor atual das ações destas empresas”, ressaltou um técnico do Ministério da Fazenda.

Desde a privatização da Telebrás o governo já arrecadou para seus cofres US\$ 13,402 bilhões. Logo no início de agosto foram pagos 40% do valor ofertado (R\$ 8,822 bilhões) e em outubro foi adiantado o pagamento de mais

R\$ 4,58 bilhões. Com a banda B já foram pagos R\$ 5,4 bilhões. Na avaliação de outro técnico do Ministério da Fazenda, ainda que deixe de internalizar mais recursos, o governo não terá problemas com a dívida interna, que tem 79% do total cotado em real.

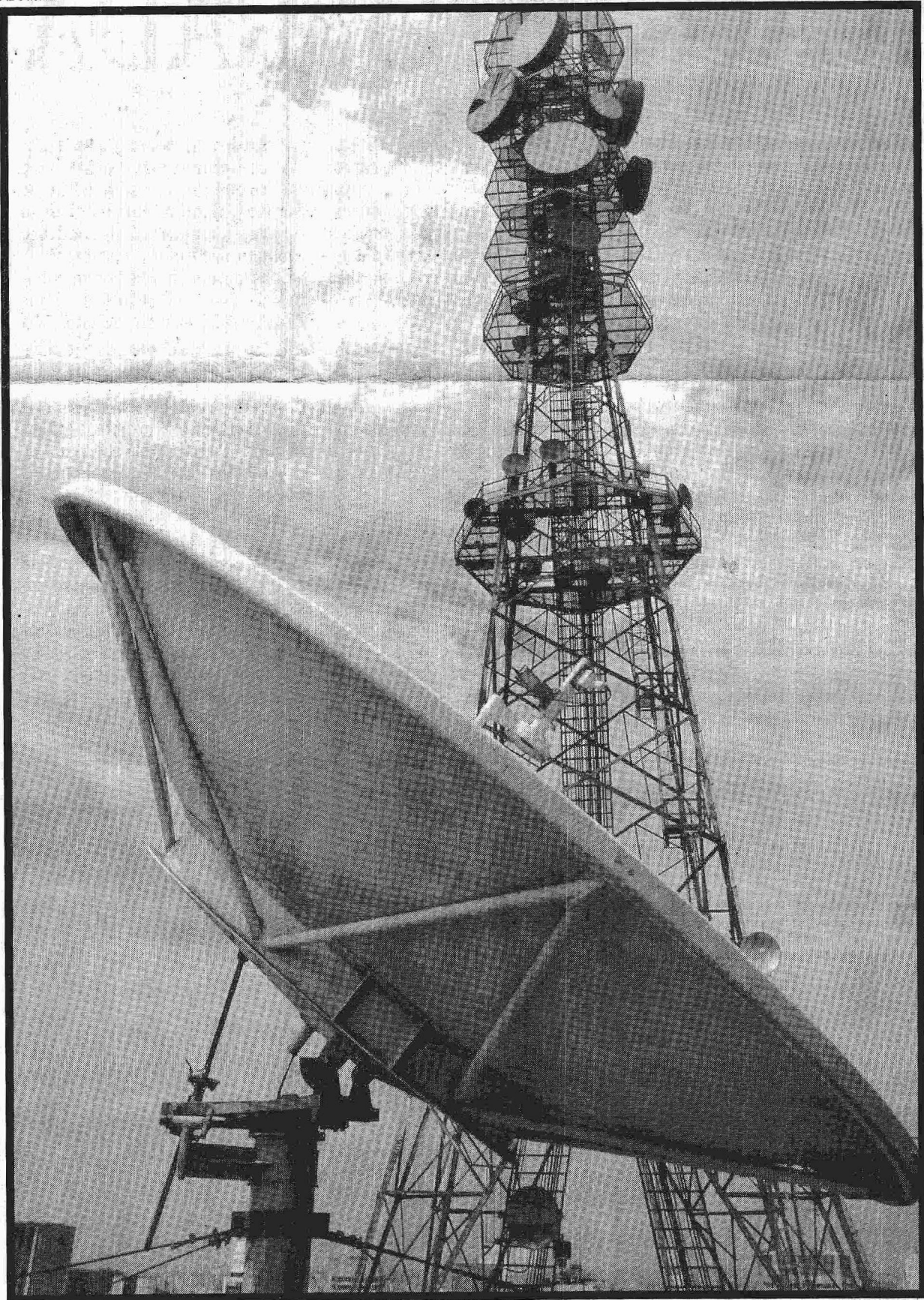
“Internamente não haverá problema nenhum”, disse este técnico. O governo continuará recebendo a mesma quantidade de reais previstas pelas concessões e poderá honrar este débito. Todas as empresas de telecomunicações brasileiras, seja da telefonia fixa, das bandas A e B da telefonia celular, foram vendidas em real. A legislação brasileira proíbe, segundo advogados ligados ao programa de privatização, a vinculação de obrigações de pagamento a moedas estrangeiras. “É crime negar curso à moeda nacional”, explicou um advogado.

Um técnico do Ministério das Comunicações lembrou que para o governo federal, criador do Plano Real e eleito para manter o valor da moeda, também não fazia sentido atrelar a correção dos valores pagos à variação da cotação do dólar. A correção prevista nos editais de licitação é a variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

“Mais interessante do que o governo deixar de arrecadar é o arrependimento que devem estar sentindo as empresas que adiantaram pagamento das parcelas”, afirmou um advogado ligado a uma das empresas privatizadas. Estas empresas deixaram de ganhar milhões de dólares com este negócio.

“NÃO VEJO NENHUM PROBLEMA PARA O PAGAMENTO (DA DÍVIDA). A INADIMPLÊNCIA PODE ATINGIR CASOS PONTUAIS E SE DARÁ INTERNAMENTE”

Octávio de Barros,
diretor técnico da Sociedade de Estudos de Empresas Transacionais



Sistema Telebrás: ao serem vendidas, as 12 holdings valiam US\$ 18,9 bilhões. Hoje, o valor caiu para US\$ 14,7 bilhões